

ROJAVÁ: DEMOCRACIA E COMUNA

PAUL Z. SIMONS

COLEÇÃO CRÍTICA ANARQUISTA À DEMOCRACIA



Esse texto faz parte de uma série e um debate internacional analisando a Democracia sob uma perspectiva anarquista. Não só a democracia representativa burguesa é abordada, mas também as experiências de democracia direta nos diversos movimentos e levantes ao redor do mundo nos últimos anos.

Outros textos serão publicados desenvolvendo a questão localmente. Encorajamos também um debate fora das redes. Convide e organize debate sobre a relação entre democracia e anarquia na sua região.

*Um grupo de discussão está sendo organizado via Crabgrass e pode ser acessado no link:
we.riseup.net/democracyandanarchy*

ROJAVA: DEMOCRACIA E COMUNA

PAUL Z. SIMONS



Democracia: “Um sistema de governo no qual todas as pessoas do Estado e da Política estão envolvidas em tomar decisões sobre diversos assuntos, tipicamente votando para eleger representantes para um parlamento ou uma assembleia similar”
 (a:) “Governo pelo povo; especialmente: Governo da Maioria”
 (b:) “Um governo no qual o poder supremo emana do povo, que o exerce direta ou indiretamente através de representação, usualmente envolvidos em eleições periódicas livres”

-Oxford English Dictionary

Eu odeio democracia. E odeio organizações, especialmente comunas. No entanto, eu defendo a organização de comunas democráticas.

ISSO

Democracia gira sempre em torno de mediação. Tanto faz se ela separa o sujeito da tomada de decisões, se separa o sujeito de si mesmo ou se funciona como uma desculpa para corrupção e fraude. Democracia se coloca entre os indivíduos, bloqueia a comunicação não mediada impondo a necessidade de uma resposta estruturada, um resultado, uma decisão. E quando uma decisão é alcançada, é normalmente através do mais vulgar e cruel método jamais criado: O Voto, ou a Tirania da Maioria.

O anarquismo tem um histórico de críticas à democracia. No seu *Discurso da Servidão Voluntária*, Étienne de La Boétie levanta a primeira linha de questionamento perguntando-se por que as pessoas se permitiam governar para começo de conversa. E ele explora o problema, apontando que não faz diferença se o tirano é escolhido através da força das armas, por herança ou por voto. “*Não obstante os meios de chegar ao poder sejam diferentes, o método de governar é praticamente o mesmo; aqueles que são*

*eleitos agem como se estivessem guiando gado castrado; aqueles que são conquistadores fazem do povo sua presa; aqueles que são herdeiros fazem planos como se as massas fossem suas escravas naturalmente*¹. Podemos adicionar que a população se sujeita a esses abusos sem questionar ou com poucas contestações. Os escritos de La Boétie são realmente prescientes: escritos em 1553, cerca de 250 anos antes da emergência do Estado-nação moderno, ele contempla com exatidão o tipo de crueza da guerra, opressão e terror que os governantes democraticamente eleitos iriam infligir às suas populações e a outras nações.

O poder não pode existir na estagnação. Ele funciona como resultado de trocas constantes entre instituições e indivíduos. Os monarcas da Europa aprenderam isso da maneira mais difícil, durante os levantes de 1848, quando viram seus regimes desmoronarem um após o outro. Com a democracia, veio o cálculo da unidade de valor de poder, dada ao cidadão através do voto, possibilitando a concentração de uma vasta quantidade de poder no legislativo, no executivo e no judiciário. Não é de se surpreender que o sistema político passou a aplicar equações de poder e troca ao mesmo tempo que os mesmos cálculos começaram a ser feitos na esfera econômica capitalista para trocar tempo de trabalho por sobrevivência. Além disso, essa troca constante amarra a população aos seus governantes. Vaneigem ilustra esse mecanismo: *“O escravo logo se irritaria com uma submissão que não fosse compensada com um pedaço de poder. De fato, qualquer submissão dá direito a algum poder e só existe poder pelo preço de uma submissão.*^{2”}

1 La Boétie, Etienne (1975) *The Politics of Obedience: The Discourse of Voluntary Servitude*. Montreal; Black Rose Books.

2 Vaneigem, Raoul. (1994) *The Revolution of Everyday Life* (Donald Nicholson-Smith, Trans.). London: Rebel Press.

Foi Proudhon quem teve a mais variada interação com a democracia, tanto em teoria quanto em prática. Sua carreira inclui várias publicações críticas à democracia, concorrer a cargos eletivos, servir na Assembleia Nacional durante a Revolução de 1848 e finalmente retornar a sua velha posição de rejeição à representatividade. Ele alternou entre convidar quem lia seus textos a não votar, depois a votar, e mais tarde a não votar (de novo) e a votarem em branco, finalmente, como forma de protesto.

Proudhon fez inúmeras críticas à democracia. Ele partiu tanto de perspectivas puramente psicológicas quanto empíricas, e apontou sua crítica tanto à trivial demagogia dos gerentes da democracia a respeito do mito de “O Povo” quanto à *realpolitik* de como as legislaturas operavam. O interesse de sua análise foi o próprio processo democrático de decisão. Ele investigou o mecanismo do voto e seus resultados, especialmente o governo da maioria: “*Democracia não é nada se não a tirania das maiorias, a mais execrável de todas as tiranias, que não é baseada na autoridade da religião, nem na nobreza do sangue, nem nas prerrogativas da sorte: ela tem na sua base um número e por máscara o nome do Povo*”³.

Mas Proudhon não parou aí. Ele argumenta que quem fica no grupo da minoria acaba, por força das circunstâncias, seguindo a vontade da maioria – uma situação que ele acredita ser insustentável, não somente pela coerção explícita, mas também porque as pessoas que se encontram na minoria se veem obrigadas a abrir mão de suas ideias e desejos em favor de quem se opõe a elas. Isso, ele ironiza, só faz sentido quando

3 Proudhon, Pierre-Joseph. (1867-1870) Oeuvres complètes de P-J. Proudhon. Paris: A. Lacroix, Verboeckhoven et Cie.

ideais políticos são tão vagamente sustentados por indivíduos que nem mereciam ser chamados de ideais. Analisando o mesmo cenário, William Godwin declara: *“Nada pode contribuir mais diretamente para a depravação do pensamento e do caráter humano do que demandar que as pessoas ajam de forma contrária a sua própria razão”*. O mérito desses argumentos podem ser observados nos resultados dos governos representativos nos últimos 250 anos da humanidade.

Concluindo: para umx anarquista, para mim mesmo, democracia – como sistema de autogoverno, como sistema de tomada de decisões, como ideal – é completamente vazio de valor. Ela funciona como uma máscara para a coerção, tornando o horror palatável enquanto gera consequências insuportáveis para os indivíduos, para as espécies e para o planeta. É um beco sem saída.



Aldeia perto de Qamishlo. A maioria da população em Rojava vivem em tais assentamentos.

É nesse ponto que a maioria dxs anarquistas e críticxs teóricxs começam a reverter seus argumentos, às vezes com cautela (como Proudhon), às vezes de maneira mais ampla (como Bookchin). Historicamente, teóricxs têm tecido duras críticas à democracia para, em seguida, voltar atrás e apontar que as formas representativas de democracia, concebidas nas sociedades burguesas (ou socialistas) é que não são democracias de fato, ou seja, que a democracia real é outra coisa – para Proudhon, democracia de delegações, para Bookchin, as cidades-Estados gregas ou a Confederação Helvética. O argumento então passa a ser que democracia pode (e deve) ser recuperada⁴ pela esquerda como uma forma de governo plausível.

Minha própria crítica desvia radicalmente da direção que leva a esse argumento, tendo sido transformada pela observação empírica de uma forma alternativa de prática democrática. Retornei recentemente da Região Autônoma Curda no norte da Síria, também conhecida como Rojava, onde tive a oportunidade de observar uma forma de democracia implementada por um movimento social libertário e revolucionário.

Um breve contexto teórico: em 1999, Abdullah Öcalan, líder do Partiya Karkerên Kurdistanê (PKK, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão) foi capturado pelas forças de segurança turcas, com ajuda da CIA e do Mossad (serviço secreto de Israel). Öcalan escapou do pelotão de fuzilamento, mas acabou sentenciado à prisão perpétua – e é aí que as coisas ficam interessantes. Ao invés de fazer placas de carros ou trabalhar na lavanderia, Öcalan iniciou a longa jornada intelectual para além

4 Recuperation is a concept developed by the Situationists to describe the process in which ideas and strategies that originally served a revolutionary agenda, are appropriated by Capital and the state to preserve the status quo.

do marxismo-leninismo em direção a uma consistente teoria anarquista. Eventualmente, ele publicou suas ideias em vários trabalhos, incluindo o “*Confederalismo Democrático*”, “*Guerra e Paz no Curdistão*” e um tom de vários volumes sobre a civilização, especialmente sobre Oriente Médio e as religiões abraâmicas. Nos seus escritos, ele fez o que nenhum teórico contemporâneo se dispõe a fazer: ele constrói, ainda que vagamente, um modelo para uma sociedade libertária. Esse simples exercício, deixando de lado seu conteúdo, é incrível. O seu engajamento nos remete muito mais aos projetos socialistas utópicos do século XIX do que a outros teóricos associados a teorias de contestação social, como o marxismo e o sindicalismo anarquista; de fato, o seu silêncio a respeito de análises de classe, teleologia marxista, materialismo histórico e sindicalismo é ensurdecador. Öcalan é explícito nas suas ambições quando afirma em “*Os Princípios do Confederalismo Democrático*” que “*Confederalismo Democrático é um paradigma social não-estatal. Não é controlado por um estado. Ao mesmo tempo, Confederalismo Democrático é o modelo cultural e organizacional de uma nação democrática*”⁵.

Como o nome deixa implícito, existe uma grande confiança nos processos democráticos no Confederalismo Democrático. Ainda assim, Öcalan não oferece nenhuma definição de democracia, nem discute sua implementação de forma específica. De fato, democracia é apresentada como algo dado, como um processo de tomada de decisões, como uma abordagem para autoadministração. Não existe qualquer ponto que favoreça a votação em detrimento modelos baseados em consenso e muito menos é oferecida alguma descrição em detalhes ou em qualquer nível (comunal, cantonal, regional)

5 Öcalan, Abdullah (2011). *Democratic Confederalism* (transl. International Initiative). Transmedia Publishing Ltd. London, Cologne



Placa em homenagem a mártires da guerra na estrada de Qamishlo para Kobanê. Repare a imagem de Abdullah Öcalan no topo.

a respeito da forma que ele acredita ser a melhor para se instaurar uma democracia. Por exemplo, “*Confederalismo Democrático*” pode ser chamado de política administrativa não-estatal ou democracia não-estatal. O processo democrático de tomada de decisão não pode ser confundido com um processo de administração pública. Estados apenas administram, enquanto é a democracia que governa. Estados estão embasados no poder, enquanto que a democracia se baseia no consenso coletivo”. Ele expande o que entende por “processo de tomada de decisões” em “*Princípios do Confederalismo Democrático*”: “*Confederalismo Democrático é baseado na participação de base. Seu processo decisório se dá nas comunidades*”. Ok, mas como tudo isso

funciona em Rojava? Como as ideias de Öcalan estão sendo traduzidas em instituições?

Tive minha introdução à democracia de Rojava enquanto comia um prato de homus com pão pita na cidade baixa de Kobane. Estava sentado ao lado do senhor Shaiko, representante do TEV-DEM (Tevgera Civaka Demokratîk, ou Movimento por uma sociedade democrática) numa tarde quente, uns três dias após termos participado juntos de uma reunião da comuna. Nessa reunião do conselho da comuna de Shêhid Kawa, o Sr. Shaiko tinha levantado a questão das fronteiras da comuna, sugerindo que fossem alteradas devido ao número de pessoas retornando a Kobane. Após alguma discussão, Sr. Shaiko saiu da reunião, pedindo que ligassem para ele com o resultado do debate.

- Então, perguntei ao Sr. Shaiko, O que aconteceu? Já decidiram? Te ligaram?

- Não, até agora não houve decisão.

- Oh, e eles precisam chegar a alguma?

- Não, eles decidirão quando estiverem prontos. É assim que funciona. Senhor Shaiko me olhou através de seus óculos com um meio sorriso e voltou-se novamente ao prato de homus.

Esta é uma visão claramente diferente do processo decisório democrático, no qual um resultado inconclusivo é tão válido quanto um “sim” ou “não”. Apesar de ter visto isso ocorrer apenas algumas vezes, me parece que é algo bastante comum, especialmente entre o pessoal do TEV-DEM, responsáveis pela implementação do Confederalismo Democrático. É também uma solução interessante para o problema do processo de decisão, privilegiando o debate e o engajamento sobre a necessidade de produção de veredicto.

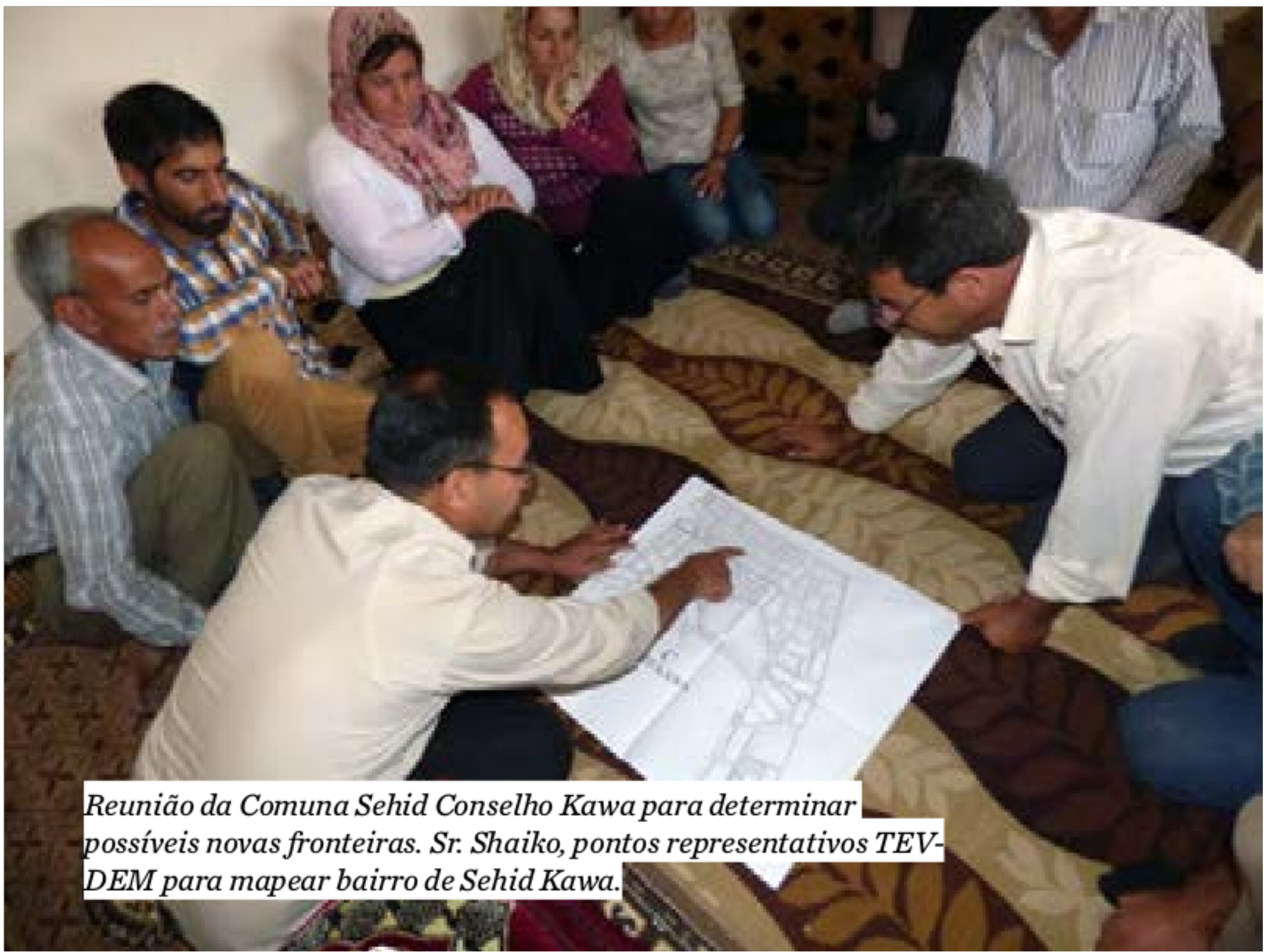
A resposta dxs revolucionárixs à tirania da maioria tem sido estrutural e não diretiva. Aqui, Öcalan descreve sua visão de uma sociedade plural e esboça como planeja enfraquecer ou superar o governo da maioria: *“Em contraste com um entendimento de administração e exercício de poder centralizado e burocrático, o confederalismo se posiciona como um tipo de autoadministração política onde todos os grupos sociais e todas identidades culturais podem se expressar em reuniões locais, convenções gerais e conselhos... Não precisamos de grandes teorias aqui, precisamos apenas da vontade de garantir expressão as necessidades sociais através de um fortalecimento da autonomia dos atores sociais de forma estrutural, criando condições para a organização da sociedade como um todo. A criação de um nível operacional onde todos os grupos políticos, sociais, religiosos e intelectuais podem se expressar diretamente no processo decisório local pode ser chamado também de democracia participativa”*.

Então, para xs revolucionárixs, o crescimento e a proliferação de todos os tipos de atores sociais – comunas, conselhos, corpos consultivos, organizações e até milícias – devem ser bem-vindos e encorajados.

Em Rojava, isso aparece como uma colcha de retalhos de organizações, interesses, coletividades locais, afiliações religiosas e bandeiras. Por exemplo, o TEV-DEM é, na verdade, uma aglomeração de muitas outras organizações menores e representantes de partidos políticos. Essas várias organizações incluem grupos centrados em esportes, cultura, religião, questões feministas, etc. Por exemplo, em dezembro de 2015, uma nova organização nasceu dentro do TEV-DEM, que foi a TEV-ÇAND Jihn, que foca na produção cultural das mulheres. Essa nova organização atua em conjunto com a TEV-ÇAND, de foco mais amplo na produção cultural da sociedade como

um todo. Para superar os problemas do governo da maioria, revolucionários têm introduzido uma base estrutural que possibilita ao indivíduo encontrar uma organização que atenda às suas necessidades e através dela possa ser ouvido na sociedade. Note que o TEV-DEM e as outras organizações não buscam ser o meio pelo qual a comuna opera ou toma decisões. Ao invés disso, buscam mudar a ordem social de modo que se um indivíduo se recusa a aceitar uma decisão tomada pelo grupo, ele pode a qualquer momento sair em busca de uma outra que o satisfaça.

Essas inovações parecem um bom primeiro passo na direção de transformar a democracia, de um princípio obsoleto e inútil para algo razoável na teoria anarquista. Como tal, elas devem ser encorajadas e estudadas.



Reunião da Comuna Shid Conselho Kawa para determinar possíveis novas fronteiras. Sr. Shaiko, pontos representativos TEV-DEM para mapear bairro de Shid Kawa.

Meu ensaio sobre formas organizacionais e seus vários momentos de dominação, “*As novas roupas das Organizações*”, foi publicado inicialmente em fevereiro de 1989 (e republicado em 2015), e não vejo razão alguma para voltar atrás em qualquer posição expressa ali⁶. A crítica feita nele ressoa na presente discussão, embora o tempo e o espaço entre os debates me proibam de usá-lo a não ser como um prisma crítico.

Comuna é um termo confuso. Suas origens remetem à menor unidade administrativa na França, que corresponde mais ou menos a um município. A palavra em si deriva do latim medieval do século XII (*communia*), quando significava um grupo de pessoas que vivia uma vida comum ou compartilhada. E esse é um ponto de partida interessante, pois o próprio conceito implica algum grau de autonomia, tanto política quanto econômica. No entanto, foi a Comuna de Paris que escreveu o termo em grandes letras vermelhas nos livros revolucionários. Naquela primeira grande explosão, membros da comuna se distinguiram pela intransigência de suas demandas pela abolição da propriedade privada e das classes sociais, eventualmente sendo apelidados de “*les enragés*” (Os Enraivecidos).

A comuna revolucionária é, portanto, de natureza subversiva. É perigosa, como é perigoso sempre que seres humanos interagem para além dos limites do Capital e do Estado, em oposição a eles.

Durante o século XIX, fora da rede administrativa da França, o termo comuna veio a ser associado com o experiências socialistas e comunistas e, num sentido mais livre, com todos

6 Simons, Paul Z. (2015). “The Organization’s New Clothes,” *Black Eye: Pathogenic and Perverse*. Ardent Press, Berkeley CA.

os tipos de projetos e comunidades utópicas – Owen, Fourier, Oneida, Amana, Modern Times. Houve uma queda por algumas décadas através da primeira parte do século XX, e, em seguida, para confundir ainda mais as coisas, a década de 1960 aconteceu. A definição da palavra “comuna” termina para muitos norte-americanos em algum lugar em 1972, em um redemoinho de tangerina de ácido ruim, amor livre, e da Família Manson.

O que não quer dizer que não havia projetos importantes. Entre os mais interessantes foram a Kommune 1 com sede em Berlim Ocidental (1967-1969) e contribuição de Wisconsin à utopia, Dreamtime Village. Houve milhares (provavelmente dezenas de milhares) de comunas ao longo dos últimos dois séculos: comunidades intencionais, coletivos, cooperativas, cada uma com a sua própria “cola” – o material que reuniu as pessoas e as uniu umas às outras. Na maioria dos casos, esta cola tem sido uma mistura de política, anarquismo, comunismo, utopismo, sentimento religioso (geralmente maluco), modo de vida, a necessidade, drogas, sexualidade, ou simplesmente detestar a cultura dominante.

Então, o que, exatamente, é uma comuna? Quem pode saber? O problema não é a falta de precisão com a qual o “comuna” é entendido; ao invés disso, é a falta de teoria (e experiência) que dá nuance a essa indefinição. A ideia da comuna foi perdida ou diluída como resultado de seu próprio contexto histórico conturbado e as formas facilmente recuperáveis que tomou recentemente. Em última análise, muito parecida com a democracia, a comuna parece uma pitoresca e desbotada relíquia no gabinete da teoria anarquista, arquivado em “V” para vestígio.

Assim na terra como no céu. Minha própria relação com a Comuna se estende por vários artigos sobre os acontecimentos de Paris de 1871, e inclui o meu envolvimento contínuo com o dilema de organização anarquista. Todas as minhas interações com o conceito de organizações que operam em um contexto revolucionário tinha sido em papel – em teoria – até que passei pela Região Autônoma Curda. Em seguida, as coisas mudaram.

As reuniões de comuna e dos conselhos que participei variaram muito. De um encontro *ad hoc* de uma equipe das milícias YPG, perto da fronteira turca em Kobane no conselho da comuna de Shêhid Kawa, a uma cerimônia e encontro entre os representantes do TEV-DEM de Kobane e do cantão de Cizîrê. Em cada caso, me lembro de uma série de impressões semelhantes. Em primeiro lugar, cada encontro foi caracterizado por um senso de propósito, de significado. Os participantes pareciam claramente envolvidos uns com os outros. A simples tarefa de reunião em conjunto – como uma comunidade, como uma equipe de guerreiros da YPG – carregava em si uma semente de um possível futuro para o Norte da Síria e, talvez, para o planeta. Muitas pessoas comentaram isso quando perguntei a elas sobre seus pensamentos sobre essas formas políticas. Uma mulher que conheci em Paris em um ato da HDP sintetizou: “Estamos aqui reinventando a política e, de fato, o mundo”.

Esta percepção, que poderia facilmente alimentar uma arrogância, na verdade parecia produzir uma ideia de determinação e tranquilidade em quem participava. Essas pessoas não eram ricas, elas trabalharam duro em uma área onde havia pouco trabalho. Os rostos dos homens carregam as marcas e as linhas de quem passou longas horas sob o duro sol do Oriente Médio. As mãos das mulheres eram simultaneamente delicadas

e ásperas: enquanto suportaram calos e cortes, elas também carregam o cheiro de loção e perfume. As vozes, os gestos e os rostos dessa gente revolucionária durante as reuniões tinham uma intenção, uma busca e uma seriedade. Havia carinho e abraços com um jovem adulto com necessidades especiais, um momento foi dedicado à mãe que perdeu um filho no cerco de Kobane, e houve respeito enquanto cada pessoa falava em meio às cabeças acenando silenciosamente em sinal de apoio.

Havia também esperança, uma quantidade que a história tem negado a anarquistas por tanto tempo, e que alguns de nós já reivindicaram, não como uma eventualidade, mas como um direito de nascença. Essas pessoas acreditavam que poderiam mudar as suas vidas, a sua comunidade; muitos acreditavam que poderiam mudar (e estavam mudando) o mundo.

Finalmente, e mais importante, em cada uma dessas reuniões havia um enorme senso do comum. Quando mencionaram a autoridade cantonal, essas pessoas se referem a ela laconicamente como o anti-governo, ou o anti-regime. Tinham visto e participado de experiências e mudanças sociais radicais, e no processo isso tinha se tornado tão normal quanto um almoço. Isso não quer dizer que não havia nenhuma alegria no processo, longe disso. Na verdade, o que realmente estava faltando era o medo. E neste sentido pode-se dizer que a revolução social em Rojava entrou em uma fase de maturidade e permanência. A única condição a curto prazo seria a derrota do Daesh.

Algumas pessoas teorizaram em torno na ideia da comuna, mas a partir de direções estranhas, com orientações pós-esquerdistas. Peter Lamborn Wilson na Zona Autônoma Temporária (TAZ) e Utopias Piratas discute questões de tempo e fracasso/sucesso em relação à comuna. Ele rejeita totalmente, como também devemos, o raciocínio tecnológico de que quanto



Mulheres das Unidades de Proteção, ou YPJ

maior o tempo de existência de uma comuna, melhor e mais bem sucedida ela deve ser. Na TAZ, ele fornece especificamente uma fórmula para uma nova ideia de uma comuna, um encontro temporário – talvez horas, talvez minutos –, caracterizada pelo convívio e pela alegria. Este encontro é autônomo na medida em que é tão independente e livre dos grilhões da Capital e do Estado quanto possível. É essencial entender isso. A comuna é combativa, não subserviente. Esta é a base da sua autonomia.

Ao invés de limitar a definição de comuna ou tentar defini-la, acredito que tirar o foco do conceito parece uma boa estratégia. Eu diria que se é um falanstério com toda a fauna fourierista intacta, ou uma reunião entre amigos para reviver os velhos tempos ou criar os novos, isso não importa – é uma comuna. Por que limitar ou confinar uma coisa quando esta se apresenta como um modelo viável de organização? Pelo contrário, sem uma definição, podemos avançar com pequenos



passos para a compreensão do que funciona e do que é inútil no modelo de comuna. Isso me parece um caminho possível e promissor em direção tanto à experimentação social engajada, quanto à contestação social implacável.

Finalmente, em um nível macro, o conceito de federalismo pode fazer um retorno teórico. Se o modelo de comuna faz algum sentido, então o federalismo não fica muito atrás. Isso leva de volta o anarquismo às suas raízes filosóficas – a Proudhon especialmente, mas também a Pi i Margall e Bakunin. O potencial insurrecionário para o federalismo parece ser muito subestimado. O movimento para dividir a sociedade em unidades cada vez menores, a federação dessas unidades através do comum acordo, e o potencial para a cooperação econômica e para a autodefesa compartilhada tornou o federalismo um instrumento potencialmente assustador, mesmo que rudimentar. Note aqui que o uso atual do federalismo –

acumulação de poder, riqueza e conhecimento pelo Estado-nação, a fim de controlar e dominar populações sujeitadas – é precisamente o oposto do padrão de definição histórica do conceito. É Pi y Margall, o avô não-anarquista do anarquismo espanhol, em seu trabalho de 1855 *La Reacción y la Revolución*, que oferece a última palavra sobre o potencial do federalismo: “A constituição de uma sociedade sem poder é a última das minhas aspirações revolucionárias”, afirmando que ele iria, “dividir e subdividir o poder”, a fim de “destruí-lo”.⁷

A formação de comunas também parece ser uma estratégia viável no mundo real, onde cumpre duas funções imediatas. Primeiro, elas podem atuar como suporte, uma espinha dorsal para mover rapidamente militantes para áreas onde os seus serviços podem ser necessários. Desta forma, eles podem funcionar muito como as livrarias, infoshops e espaços alternativos fizeram no meio anarquista das últimas décadas nos EUA, ou como as comunas fizeram em Kobane durante o cerco. Seus recursos podem ajudar fornecendo abrigo, alimentação, assistência médica e conforto para os combatentes. As comunas também podem fornecer informações valiosas sobre as condições locais, agentes da lei e auxiliar na identificação dos alvos específicos mais nocivos para a comunidade. Colocando em linguagem militar contemporânea, um tipo de comuna pode não ser uma arma, mas pode funcionar como uma plataforma de armas para combatentes anarquistas em constante movimento.

Em segundo lugar, as comunas fornecem para membros sedentários da região um laboratório, um ambiente onde experimentar novas ideias, novas formas, que misturam, de forma embrionária, as sementes de instituições revolucionárias

7 Pi y Margall, Francisco. “Reaction and Revolution,” in *Anarchism, A Documentary History of Libertarian Ideas Volume One*

que ainda estão por vir. Comunas são viveiros onde os embriões das insurreições são criados. Contribuindo para esse efeito, mas não menos importante, é a possibilidade de que comunas vão ajudar a compensar o desgaste que tem atormentado o anarquismo desde o seu início como um movimento político. Uma vida dedicada à liberdade é difícil de sustentar, e a maioria dxs anarquistas [que podem], eventualmente sucumbem ao canto da sereia de ter seu carro novo, casas grandes e vidas desperdiçadas em um cargo estável. Nos meus 55 anos de idade, vimilhares de anarquistas chegando e indo embora. Só as pessoas mais teimosas ou anti-sociais, como eu e minhas amizades próximas, parecem ainda manter-se. Comunas podem conter esta evasão, produzindo um ambiente social que é passível de abrigar todo tipo de fantasia decorrente de uma personalidade anarquista, e através da distribuição de recursos para ajudar com as questões do mundo real como comida, abrigo, nascimento e criação de crianças, solidão, doenças, velhice e morte.

A comuna é um verbo. A comuna é uma pergunta.



Tanques destruídos e uma menina, perto da sede YPG_YPJ em Kobanê.

A OUTRA COISA

O anarquismo tem estado à deriva desde o final da Segunda Guerra Mundial. Com pouca compreensão de suas raízes, história e lutas, a maioria de nós fez o melhor que podia com o que podíamos encontrar. Não havia organizações para criticar ou participar; já era difícil o suficiente apenas encontrar anarquistas em Nova York em 1984. Nós estávamos órfãos. A situação mudou: há muito mais anarquistas, a maioria são facilmente contactáveis e a explosão de informações nos trouxe a nossa história de volta. Como uma confluência, notícias chegam da Grécia, Rojava, Europa, e na verdade quase todos os lugares parece estar se virando em nossa direção. Quem está no meio anarquista, portanto, tem algumas escolhas a fazer sobre onde colocar a energia, onde investir tempo e esforço, em uma palavra – o que fazer? O número de respostas possíveis a esta pergunta deve ser igual ao de anarquistas no mundo. Como resposta minha, eu sugiro o seguinte:

Formem comunas democráticas.

Preparem-se.



O autor com membros do Partido Democrata do povo, HDP, numa manifestação em Paris.



Nesse texto, o autor Paul Z. Simons nos oferece uma análise sobre formas revolucionárias de organização. Com base nas suas experiências no território revolucionário de Rojava, entre a Síria e a Turquia em 2015, ele contrasta práticas democráticas convencionais com o que ele tem visto de Confederalismo Democrático e avalia a federação de comunas como um modelo para anarquistas em outras partes do mundo.

